

1

ATA 259

2 Aos doze dias do mês de março de dois mil e quinze, às quatorze horas, realizou-se
3 reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua
4 sede no Centro de Ação Social, sob a convocação de sua Presidente, Beatriz de Souza.
5 Fizeram-se presentes os seguintes conselheiros titulares governamentais: Tierrí Rafael
6 Ribeiro Angeluci, Beatriz de Souza, Josemar Severino (Secretaria Municipal de
7 Assistência Social); Patrícia Ecave (Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, e
8 Qualificação Profissional). Os conselheiros titulares não governamentais: José Geraldo
9 Berger (Entidades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade); Adrianis Galdino
10 da Silva Junior e Lúcia Pereira Wolf (Profissionais da Área de Assistência Social);
11 Anderson Quintino Martins e Cléber Paula Santos (Entidades de Proteção Social
12 Básica). Os Conselheiros não governamentais suplentes: Ana Carolina da Silva Reis
13 (Profissionais da Área de Assistência Social); Lilian Klimiont (Entidades de Proteção
14 Social Básica). Justificativa de ausência: conselheiro Marcelo Safraid. **Registramos a**
15 **presença:** Liziane Batista Pinto (AAPAC), Edipo J. Pedroso (APAE), Márcia Fidelis
16 (APAE/APROAUT), Adir Berton (Casa do Piá), Nair Serrato (APAM), Vera Regina
17 Taborda (Associação Reviver), Armando Madalosso Vieira (Sociedade Espírita
18 Francisco de Assis e IEDC), Osni Cirino da Cunha (Casa do Idoso Paulo de Tarso),
19 Liviane Pires de Goes (Francisclara), Dulcimar (Francisclara), Anagiza (Geny Ribas),
20 Inez Lopes (Geny Ribas), Luci T. Biscaia (Colméia), Leiliane (Residência UEPG),
21 Claudete Mendes (Rosa Mística), Dirlene Trevizan (Rosa Mística), Eliane F. Voitena
22 (Asilo São Vicente de Paulo), José Ricardo Chibinski (Asilo São Vicente de Paulo), Rose
23 M. Catapan (Pastoral da Pessoa Idosa), Reni Justus (Pastoral da Pessoa Idosa),
24 Débora (Grupo Renascer). A reunião teve a **seguinte pauta:** 1 - Apreciação da Pauta.
25 2- Discussão da situação das entidades socioassistenciais. Presidente Beatriz iniciou a
26 reunião colocando em apreciação a pauta, conselheiro Adrianis solicitou a inclusão na
27 pauta de uma moção de repúdio a fala do vereador Romualdo Camargo na reunião da
28 Câmara na segunda feira passada, quando tratou as entidades e os presentes de forma
29 indecorosa, aprovada a pauta. Conselheiro Adrianis fez a leitura de um texto,
30 considerando importante para os presentes entenderem o porquê dessa chamada
31 extraordinária hoje: *“02 de abril de mil novecentos e cinquenta e sete, meus amigos o*
32 *dia de ontem de primeiro de abril já teve a sua época a sua fama como dia dos*
33 *mentirosos ou o dia dos bobos era uma data dos golpes, dos trotes, das mentiras bem*
34 *eruditas, das gargalhadas gostosas diante da cara de bobos os que*
35 *inconsequentemente iam na conversa dos mentirosos gozadores e redicrudizadeiros,*

36 *antigamente nessa data eram inúmeras as pessoas que iam ver incêndio da caixa de*
37 *água, o pavoroso desastre na esquina, que compareciam esperançosos ao encontro de*
38 *amigos da onça eram gozos mentiras lograr o próximo lançar o ridículo sisudos*
39 *cidadãos e afoitos jovens. No final da brincadeira tudo virava riso e alegria pois era tão*
40 *gostoso mentir nessa data em que as verdades desapareciam do cenário respeitável da*
41 *sociedade, isso tudo porém foi num passado que já está distante era no tempo que se*
42 *acostumava dizer normalmente a verdade na época em que uma palavra empenhada*
43 *no fio do bigode valia por um documento respeitável mais valioso do que esses que a*
44 *gente recebe nos cartórios cheios de selo e carimbos e muitas vezes não serve para*
45 *coisa nenhuma depois os tempos foram mudando somente dizer a verdade somente foi*
46 *caindo de moda a pouca verdade o look, a demagogia foi tomando conta da vergonha*
47 *da gente e o dia primeiro de abril foi se alongando até tomar conta de todo calendário*
48 *anual, hoje em dia começamos a mentir no dia primeiro de janeiro e prolongamos o*
49 *rosário das inverdades até o fim do ano, mentem os políticos, mentem os eleitores,*
50 *mentem os governantes, mentimos todos nós, promessas que jamais serão cumpridas*
51 *ecoam pelos ares perante multidão, mentiras deslavadas formam nas estradas dos*
52 *homens de todas as condições e níveis sociais, a mentira é o assunto corriqueiro e*
53 *usual ofendida e surpreendida de quando em vez por uma ou outra afirmação*
54 *verdadeira que surge com exceções que confirmam a regra, de modo que nesse*
55 *ambiente inverídico e lógico que é o dia primeiro de abril passa desapercibido ignorado*
56 *quase que envergonhado na sua antiga tradição do seu usurpado título dos dias dos*
57 *mentirosos. Diante disso nos resta encontrar uma data que sirva para batizarmos de dia*
58 *da verdade durante o qual seguem os outros dizendo unicamente a verdade. Perfis da*
59 *Cidade, autoria de Paraná Vieira Filho". O conselheiro colocou que trouxe este texto*
60 *porquê faz alusão aos últimos meses que estamos vivendo e do que as instituições tem*
61 *sofrido na carne, a ausência da verdade, pode parecer ser somente um dito pelo não*
62 *dito, mas a ausência da verdade é mentira e não há outra palavra para dizer isso ou*
63 *ausência como se diz na mídia de informação, mas batizemos o novo calendário como o*
64 *dia da verdade que será muito melhor. Presidente Beatriz chamou o item 2 da pauta:*
65 *discussão da situação das entidades socioassistenciais e colocou que como esta*
66 *reunião foi solicitada pelo Conselheiro Adrianis gostaria que ele apresentasse já que*
67 *está representando as entidades. Conselheiro Adrianis colocou que as entidades estão*
68 *passando por um momento delicado e todos sabem que desde julho do ano passado*
69 *veem sofrendo com problemas de falta de repasse, começou em julho, tanto do FMAS*
70 *quanto do Proamor, os atrasos começaram pequenos depois foram se prolongando,*



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

71 chegando a outubro, as entidades tem que ter ações próprias, uma delas foi ir a Câmara
72 e de lá veio aporte de quinhentos mil reais para depósitos juntos às entidades. Na
73 ocasião o Executivo na pessoa do secretário de finanças garantiu que isso seria era um
74 momento que a Prefeitura estava passando por conta dos sequestros judiciais, devido
75 aos não pagamentos dos encargos trabalhistas, para lembrar que os sequestros
76 judiciais não acontecem a revelia, são avisados e com prazos de sessenta dias, a
77 Prefeitura recebe uma notificação de sessenta dias para se organizar e pagar, a
78 situação foi se agravando e avançamos janeiro sem o pagamento de dezembro, os
79 grandes convênios não eram pagos e as entidades começaram a entrar em colapso,
80 quem estava recebendo pelo FMAS por meses ficou sem receber, mas as entidades
81 estavam funcionando, continuaram com o mesmo problema, o convênio foi assinado em
82 cinco de fevereiro com data retroativa para vinte e dois de janeiro e esse convênio não
83 foi saudado, estamos em março e a parcela de janeiro foi depositada sexta feira para
84 alguns, ontem para outros e para outros ainda não foi depositada porque como algumas
85 entidades não tinham certidões não puderam receber, isso vem agravando a situação
86 contábil, de RH e manutenção dos projetos das entidades. Algumas, mesmo com as
87 certidões não receberam também, isso leva a pensar que esse é um serviço co-
88 financiado e a responsabilidade de interlocução é do Conselho de Assistência Social,
89 demorou-se para tomar uma posição enquanto Conselho de chamar e ver o que estava
90 acontecendo. A Associação das Entidades na segunda-feira passada esteve na Câmara
91 de Vereadores com a massiva presença de representantes, foi escutada pelos
92 senhores vereadores, alguns deles se solidarizaram, outros em nome do Prefeito
93 emitiram nota e por conta própria acabaram ofendendo os membros de instituições e
94 entidades que estavam lá, mas para que os senhores possam entender um pouco será
95 colocado o marco legal, o que a lei diz sobre os convênios e sobre o não repasse, o que
96 isso pode ocasionar para a Assistência Social, a Lei Orgânica do município de Ponta
97 Grossa, artigo terceiro, inciso terceiro, diz: *“o município deverá trabalhar para*
98 *erradicação da pobreza e da marginalização”*; o artigo sessenta e dois, da tomada de
99 posse do Sr. Prefeito diz: *“prometo defender e cumprir a Constituição da República*
100 *Federativa do Brasil e fazer valer os direitos de cada munícipes desse que tomo posse”*;
101 o artigo sessenta e três diz: *“o foro de julgamento privilegiado para ações de*
102 *improbidade administrativa do executivo não é o município mas o Tribunal de Justiça do*
103 *estado do Paraná, parágrafo único, “as ações do poder público serão voltadas*
104 *prioritariamente para as necessidades sociais básicas”*, a Lei Orgânica da Assistência
105 Social diz no artigo primeiro: *“assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é*



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

106 *Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos necessários*”, o
107 artigo segundo diz: os objetivos da assistência social, parágrafo único, *“para o*
108 *enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às*
109 *políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender*
110 *contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais*”; artigo
111 quarto, *“a assistência social rege-se pelos seguintes princípios: supremacia do*
112 *atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica*”.
113 Aqui está um eixo central para entendermos o foco da crise do não pagamento:
114 *“respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e*
115 *serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se*
116 *qualquer comprovação vexatória de necessidade*; Artigo quinze: compete aos
117 municípios: *“executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria*
118 *com organizações da sociedade civil*”; Artigo vinte e três da LOAS: dos serviços:
119 *“Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem a*
120 *melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas,*
121 *observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei*”. Como há
122 atividades continuadas e estamos na eminência de ter que fechar porque não
123 conseguimos mantê-las, ou mantê-las com um nível de qualidade baixo, caímos aqui já
124 em uma situação difícil, a Norma Operacional Básica da Assistência Social de 2005 diz:
125 *“competência dos níveis do governo e modelos de gestão, competência dos gestores,*
126 *competência ao gestor municipal, coordenação geral do sistema municipal de assistência*
127 *social, co-financiamento da política de Assistência Social*”, e qual é o fluxo? no caso do
128 município deixar de atender os requisitos para municipalização ou para manutenção da
129 mesma poderá haver revisão do processo de habilitação, poderá ser encaminhado às
130 Comissões Intersetoriais Bipartite e Tripartite, pelo CMAS ou pelo gestor municipal, o
131 decreto municipal diz: a liberação de recursos financeiros devem obedecer o
132 cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho de que trata o artigo segundo
133 desse decreto e guardar consonância com as fases ou etapa de execução do objeto da
134 transferência voluntária, como as entidades vão provar os contraditórios se elas não
135 recebem os repasses conforme está composto o plano de trabalho, logo elas não tem
136 como prestar contas em tempo hábil, aí correm o risco de serem julgadas ou levadas à
137 Controladoria e alguns diretores receberem contraditórios, o exemplo clássico disso é
138 que muitas não tinham as ditas certidões e logo não puderam receber, a Resolução Nº
139 109 de 11/2009 (Tipificação), coloca: a proteção social básica, serviço de acolhimento e
140 fortalecimento de vínculos e a proteção social especial, a partir do PAEF, este é, de



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

141 forma particular, o marco legal para que possamos ter a noção clara de que o não
142 comprimento dos repasses por parte do executivo pode ocorrer imediatamente em
143 improbidade administrativa sendo que esse Conselho ou qualquer membro das
144 entidades podem oficiar o MDS dessa situação pedindo uma revisão imediata do nosso
145 nível de gestão, porque o co-financiamento está previsto no PMAS como parte geral da
146 gestão de assistência municipal, este Conselho, ano passado aprovou a resolução de
147 financiamento de doze milhões sendo um milhão e setecentos por mês, um pouco a
148 mais do ano retrasado (2013), nesse sentido temos um problema, foram pagas algumas
149 entidades, com atraso, a promessa é de que amanhã se pague o mês de fevereiro, o
150 que nos garante abril, maio, junho, julho e agosto, há uma entidade que tinha dois mil e
151 quinhentos reais em encargos e teve que sacar do próprio recurso para pagar, porque
152 não se pode pagar multas, estamos numa situação muito difícil, quais são as garantias
153 que temos? daqui a dois meses vamos ter que estar novamente aqui discutindo e
154 chamando o gestor, detalhe, não fomos procurados por ninguém da gestão, a
155 Associação das Entidades fez uma reunião e a partir dessa reunião tomou umas
156 medidas e aí fomos procurados pelo então vereador Júlio Küller que veio com uma
157 proposta, na época ele ocupava a função no Legislativo, hoje ele ocupa a função do
158 secretário da pasta da assistência, isso nos coloca de frente com uma questão séria que
159 é a função do Conselho de Assistência de ser o interlocutor, porque, primeiro, aqui
160 foram aprovados esses projetos, depois porque o CMAS monitora esses projetos e
161 depois é responsável junto com o gestor pela política de assistência social no município
162 de Ponta Grossa e as entidades não suportam mais a forma com que as coisas estão
163 se dando, acho que depois disso poderíamos abrir um pouco para as entidades.
164 Senhora Vera falou: “os conselheiros governamentais e não governamentais fizeram um
165 trabalho de preparação para que tudo ocorresse antecipadamente para que esta
166 situação não viesse ocorrer, o conselho está crescendo, sabemos que vocês
167 trabalharam, acha que a não valorização por parte do Poder Público do trabalho do
168 conselho, porque os não governamentais saíram das suas instituições, os
169 governamentais saíram do seu local de trabalho e vieram para cá para aprovar os
170 projetos, isso não foi levado em consideração, em dezembro vocês já tinham aprovado
171 os projetos, a culpa não é porque os projetos não estavam aprovados, o Conselho fez a
172 sua parte, as instituições fizeram a parte delas, o governo não cumpriu a sua parte e
173 mesmo depois dos convênios assinados o governo não cumpriu, porque no ato de
174 assinatura o representante do Poder Público o Ricardo falou que iria ser pago bem
175 certinho e não cumpriu, então isso nós temos que cobrar do governo, quando

176 prometemos uma coisa temos que fazer de qualquer maneira e temos que acreditar na
177 fala deles, agora o que nós não podemos é ficar nesta insegurança que estamos,
178 porque o mesmo compromisso que qualquer um dos senhores tem com uma funcionária
179 particular de vocês nós, enquanto instituição, temos com os nossos funcionários.” A Sra.
180 Nair Serrato colocou: “de certa forma foi uma decepção porque a fala que estávamos
181 acompanhando no Conselho era para que se as entidades tivessem a melhor conduta
182 possível na elaboração nos planos de trabalho e projetos para que os conselheiros
183 tivessem tempo hábil para aprovação ainda em dezembro porque poderia ser
184 aproveitada a última sessão da Câmara para ser aprovado para que não tardasse a
185 assinatura dos convênios para o ano de 2015 e nós corremos atrás, fizemos tudo que
186 podíamos ter feito e percebemos também que o Conselho fez tudo que poderia ser feito,
187 porém a coisa foi se estendendo e a assinatura foi acontecer lá no dia cinco de fevereiro
188 com retroativo, até não sei porque, o nosso convênio foi dia vinte de janeiro, porque? Se
189 estava aprovado na Câmara, primeiro estava aprovado no Conselho, foi para a Câmara
190 com tudo aprovado em 2014, porque que o convênio não foi feito com data do dia 02 de
191 janeiro, eu quando assinei o nosso convênio (da APAM) eu fiquei surpresa com isso, a
192 partir do dia vinte de janeiro era uma promessa que tinha sido feita com toda aquela
193 correria de final de ano justamente para que isso não ocorresse e se estava tudo ok, se
194 estavam aprovados os planos de aplicação porque que os convênios não saíram com a
195 data do dia dois de janeiro se estava tudo ok? Não tinha mais nada que fazer na
196 Câmara, nem no Conselho, essa é uma pergunta que eu gostaria de fazer e eu também
197 tenho uma dúvida, por exemplo, os nossos dois programas que eram feitos em dois
198 convênios no ano de 2013 e esse ano saiu um convênio só, porém, lá dentro em
199 determinado item do convênio está bem específico, programa tal tanto e programa tal
200 tanto, eu fiquei um tanto preocupada com o seguinte: como será a prestação de contas?
201 é uma conta bancária só, porém, dentro do projeto está separado.” Assistente Social
202 Eliane Voltena colocou que inclusive está lá que todos os pagamentos devem ser feitos
203 com cheque assinado pelo presidente da instituição e não se usa mais cheque para
204 fazer pagamento. Conselheiro Adrianis colocou que tem uma orientação da
205 controladoria sobre isso que agora autorizaram depósito em conta. Assistente Social
206 Eliane Voltena colocou que se as entidades não tem dinheiro para pagar as contas é
207 claro que não terão certidão negativa. Conselheiro Adrianis colocou que as entidades
208 que receberam é porque a certidão estava liberada se fosse hoje a casa da metade ia
209 cair. Conselheiro Cleber colocou que o Jocum teve um atraso de pagamento dos
210 funcionários e que estes não estão lá pela mesma luta que a diretoria está, o clima



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

211 organizacional fica péssimo porque os funcionários começam a reclamar e com toda
212 razão, então estão começando a passar por situações complicadíssimas e fica difícil
213 manter o trabalho e começam a dar datas que não se cumpre e começam a ter uma
214 série de problemas, outra questão também, boa parte do atraso desses pagamentos
215 são acrescidos de multa do qual o convênio não cobre, então, estão tendo uma série de
216 complicações correndo o risco até de algumas instituições quebrar, de não conseguirem
217 dar continuidade em seu projeto e colocou que estão indo para instâncias que mesmo
218 que o repasse ocorra não vai cobrir alguns desgastes que estão tendo. Conselheiro
219 Anderson colocou que a fala do conselheiro Cleber é bem interessante porque é um
220 risco até para a própria rede socioassistencial, porque viu em outra reunião, a Débora
221 falando da situação do Renascer, que os funcionários estão sem receber e se hoje os
222 funcionários do Renascer entrarem, via sindicato, em ação coletiva contra o Renascer, a
223 entidade responderia por isso e o valor das multas seria para fechar a entidade que não
224 teria como pagar e seria um serviço que ficaria desfalcado, porque quem que iria fazer?
225 O município? A senhora Débora falou que o Renascer já perdeu a psicóloga após três
226 meses sem receber e a entidade corre o risco de responder lá na frente, qual
227 profissional que vai ficar três meses sem receber? Teve que retirar o dinheiro que tinha
228 no banco para pagar a multa e fazer a rescisão do contrato, porque a instituição não
229 tinha recursos, utilizaram o recurso próprio da sra Débora. Conselheiro Adrianis colocou
230 que tudo isso que está acontecendo faz pensar: será que as entidades vão conseguir
231 vencer o ano? Mantendo em pé e funcionando a rede socioassistencial conveniada?
232 Conselheiro Cleber colocou que foi falado sobre os funcionários agora se deve falar
233 sobre os usuários, o usuário quer que o projeto tenha qualidade, quando ele percebe
234 que a qualidade do projeto está caindo, falta de alimentação, sem dinheiro para
235 comprar, o que ele faz? Ele começa a faltar e se retirar do projeto e daí corremos o risco
236 do que? De receber uma visita por parte do órgão competente e avaliar o projeto
237 segundo a sua perspectiva de que a entidade não alcançou o número pactuado no
238 convênio, então são situações sérias, que é necessário, de alguma maneira resguardar
239 diante disso tudo que está acontecendo. Senhor Armando questionou quais são as
240 ações que o Conselho pode tomar para que não ocorram mais, para que haja uma ação
241 mais firme junto ao Poder Público para que as entidades possam ter a certeza que vão
242 receber. Presidente Beatriz falou: “Secretário eu pedi a sua presença aqui, enquanto
243 Presidente do Conselho, porque as entidades estão discutindo sobre o atraso no
244 repasse das parcelas dos convênios e qual a posição do Poder Executivo nesta
245 questão, a grande preocupação seria que estamos no mês de março e já houve esses

246 atrasos e como seria o ano todo, as entidades estão solicitando um comprometimento
247 maior quanto ao cumprimento dos prazos, pois já houve grandes problemas com
248 relação aos funcionários e isso está se estendendo e com certeza irá se estender aos
249 usuários, então, estão solicitando a posição do Poder Executivo.” O Secretário de
250 Assistência Júlio Küller colocou: “boa tarde a todos, fiquei bastante feliz de me
251 chamarem e em uma das reuniões com as instituições eu cobrei que nunca fui
252 convidado a estar aqui com vocês, então confesso que estou bem contente de estar
253 aqui, em primeiro lugar eu não posso dizer o que o conselho deve fazer com relação a
254 esse caso o que eu posso falar que em nome do Prefeito e como gestor é que nós
255 fizemos o pagamento na sua totalidade ontem, no mês de janeiro algumas e temos a
256 certeza de que na sexta feira estará sendo depositado o mês de fevereiro, amanhã
257 estará sendo depositado o mês de fevereiro. A história do atraso, se vocês quiserem eu
258 posso expor para vocês aqui: no ano passado a prefeitura teve muita dificuldade e
259 sequestro das contas de precatórias trabalhistas, isso acabou gerando um problema de
260 pagamento, não só com relação aos convênios das entidades, mas também na área de
261 saúde, obras e tudo mais. Esse ano, as perspectivas são muito melhores, o que
262 aconteceu no começo do ano é que normalmente se recebe o IPTU no mês de
263 fevereiro, por conta do georreferenciamento que foi feito pela administração municipal
264 isso se prorrogou até antes de ontem. Os pagamentos do IPTU e também o IPVA, que
265 normalmente se pagava no mês de março, o IPVA retorna rapidamente para os cofres
266 do municípios, a parte do município também foi prorrogada vai entrar em abril, mas a
267 informação que eu tenho e posso passar precisamente para vocês é que não haverá
268 atraso a partir de agora.” Sra. Vera pediu a palavra e colocou: “a Beatriz falou que as
269 entidades estão aqui presente para falar dos atrasos, primeiro que estamos aqui porque
270 fomos convidados por e-mail para uma reunião do CMAS porque já tínhamos tido,
271 enquanto entidades, uma primeira conversa com o Júlio e isso que ele falou agora nós
272 já sabíamos, então, eu não sei se estou certa ou errada essa reunião não foi um pedido
273 nosso, essa reunião foi um pedido do CMAS para estarmos aqui hoje, se vocês não
274 tivessem mandado o convite nos não estaríamos aqui.” Conselheiro Adrianis lembrou
275 que é uma competência desse conselho de dialogar com as entidades porque o gestor
276 da política de assistência é o conselho municipal de assistência e o órgão gestor nós
277 somos os interlocutores entre as entidades co-financiadas e o gestor público por isso
278 essa reunião que já deveria ter acontecido há muito tempo, vocês são artífices das
279 entidades nesse momento ou os responsáveis por elas, na fala do Sr. Júlio, na ocasião
280 da reunião das entidades, ele estava ainda do Legislativo e agora está como secretário



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

281 da pasta, mas essa reunião se faz necessária porque os encaminhamentos não serão
282 do Executivo, os encaminhamentos serão do Conselho para o Executivo, quais as
283 deliberações que vamos tomar enquanto Conselho Municipal de Assistência para
284 garantir o co-financiamentos claro das ações sócios assistenciais e a seguridade social
285 a qual está garantida na lei de repasse, isso é o alcance que nós precisamos ter
286 enquanto conselheiros, por isso essa reunião para ouvir e chegar enquanto conselho a
287 um indicativo. A sra. Débora falou que acha importantíssima essa reunião até mesmo
288 para que o nosso secretário saiba das dificuldades das entidades. A conselheira Lúcia
289 colocou: "é importante salientar que tem problemas que decorreram e estão afetando as
290 entidades não só financeiros mas também para os usuários, principalmente que se
291 afastam do serviço e aí as entidades são julgadas e criticadas a revelia e a coisa fica
292 bem mais complicada, a questão principal é que tem entidades com multa para pagar de
293 cinquenta mil, receber em dia, a partir de agora não vai resolver tudo isso, então o
294 conselho tem que se posicionar de alguma maneira porque não se trata daqui para
295 frente só, claro que daqui pra frente é importante para não desmoronar de vez, mas tem
296 um para trás que precisa ser resolvido também." Sra Vera falou: "as decisões tomadas
297 no conselho devem ser levadas em consideração porque o conselho é deliberativo e o
298 Poder Executivo não cumpre, isso é que eu acho." Secretário Júlio colocou: "quero que
299 exponha o que eu deixei de cumprir até esse momento, qualquer deliberação que foi
300 feita." Sra Vera colocou que não é em relação a Secretaria de Assistência Social.
301 Secretário Júlio respondeu mas automaticamente ela é. Sra. Vera: "então você não
302 participou ano passado o conselho fez um trabalho de análise de projetos das
303 instituições estava tudo pronto para ser assinado no início do ano, até antes de terminar
304 o ano que era isso que o conselho queria e porque o governo não levou em
305 consideração o trabalho do CMAS." Conselheira Lucia colocou que primeiro precisa
306 salientar que não se trata do secretário Júlio ou da Secretaria, mas está se falando de
307 uma gestão. O Secretário colocou que quando se fala com o secretário de assistência
308 social está se falando do governo e gostaria que fossem claras as colocações sobre em
309 que o governo deixou de cumprir as deliberações do conselho municipal de assistência
310 social. A sra. Nair falou: "a gente se surpreendeu porque todas as reuniões que
311 participamos ano passado eram em torno de cobranças que vinham para as instituições,
312 para que estas preparassem os projetos, o plano de aplicação o em tempo hábil para
313 que o conselho pudesse aprovar e ir para Câmara em tempo hábil para que os
314 convênios não atrasassem e tudo saiu conforme foi previsto, o que que não aconteceu
315 foi a assinatura dos convênios, nós não entendemos porque fomos assinar o convênio



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

316 lá em fevereiro e ao invés de ser retroativo a dois de janeiro, o que faltou foi o Poder
317 Executivo, fuge da alçada do conselho ele fornece os subsídios para que lá em
318 determinado setor da prefeitura se elaborem os convênios, sou franca em dizer que
319 cheguei a pensar: não tem dinheiro, quanto mais nós atrasarmos a assinatura do
320 convenio menos cobrança vai ter.” Secretário Júlio colocou que é histórico também que
321 haja atraso no mês de janeiro, não é o governo atual, mas todos os outros anteriores
322 atrasaram o mês de janeiro, a secretaria municipal de assistência social conjuntamente
323 com o Proamor fez todo o trabalho e ele se comprometeu com as entidades que não
324 haveria atraso, estava na Câmara na hora da votação do artigo 26 para que não
325 houvesse atraso, foi feito de tudo. Conselheiro Tierrri lembrou que o conselho abriu os
326 editais para inscrição de projetos no mês de agosto, os projetos foram recebidos no mês
327 de setembro e aprovados na última reunião de outubro, então, após essa aprovação
328 houve muitos problemas com os planos de aplicação, muitas somatórias que não
329 estavam certas, isso também acarretou um atraso mesmo após a aprovação dos
330 projetos, ele, a Carla, o Adrianis e também a Marlene da Proamor refizeram as
331 somatórias várias vezes, chamaram as entidades para arrumar, principalmente na
332 questão do FGTS que é um cálculo mais complexo esta foi uma questão que atrasou
333 um pouco mais a assinatura dos convênios. Conselheiro Adrianis lembrou que a
334 publicação da resolução se deu no dia quatro de novembro, o CMAS cumpriu com o
335 prazo que tinha sido determinado para o encerramento do trabalho, lembrou que o
336 número de reuniões feitas para avaliar os projetos foi em média de vinte reuniões em
337 dois meses para avaliação desses projetos, quatro de novembro de dois mil e quatorze
338 foi publicado no diário oficial a resolução 39/2014 do co-financiamento. Conselheiro
339 Cleber colocou que confiança é a base sólida para todos os relacionamentos, acreditou
340 que em dezembro todos os convênios estariam assinados para que ninguém passasse
341 por aquilo que as entidades passaram no começo do ano passado, as entidades não
342 tinham nada assinado, não havia nenhuma cobrança por parte da prefeitura, foi muito
343 desgastante para todos, então o apelo e aquilo que todos querem é que pudessem
344 sentir segurança no relacionamento entre prefeitura e as instituições de que isso não
345 aconteceria de novo, quando encerrou-se dezembro e as entidades não assinaram os
346 convênios, o mesmo que aconteceu no ano passado, a situação não tomou a mesma
347 dimensão do ano passado, mas as entidades estão assumindo multas em relação ao
348 atraso e algumas outras complicações são fruto desse relacionamento, então, na
349 realidade não buscamos culpados, mas sim responsáveis, responsáveis em entender
350 que quando essa relação não acontece da maneira que a gente espera que aconteça,

351 existem desgastes e que algumas entidades não tem condições de assumir esses
352 desgastes financeiros mesmo com esses depósitos, então esse ranço e essa cobrança
353 é fruto disso, embora entendemos o que o senhor secretário falou, que houve sequestro
354 mas aquilo que cabia às entidades foi feito e agora temos que tentar resolver as
355 consequências que o convênio não assume, que cabe a instituição, mas dentro desse
356 relacionamento que é a confiança, a base sólida do relacionamento, queremos estar
357 seguros de que esses desgastes não iriam acontecer, mas aconteceu, a nossa fala
358 seria isso. Secretário perguntou quantos dias ficou descoberto o convênio. Conselheiro
359 Adrianis respondeu que foram dois meses, porque foi retroativo, como os convênios
360 foram assinados dia vinte e dois de janeiro, já tinha que ter sido feito o primeiro
361 depósito. Secretário falou: “você estão dizendo que houve uma falha do governo com
362 relação aos convênios, os convênios valem de primeiro de janeiro?” Conselheiro
363 Adrianis respondeu que todos assinaram os convênios a partir do dia vinte e dois de
364 janeiro. Secretário questionou: então ficou descoberto vinte e dois dias? Foi respondido
365 que isso somente não aconteceu com o Cavanis que continuou com o convênio com o
366 Fundo, foi solicitado que o governo reponha vinte e dois dias. Conselheiro Cleber
367 questionou: “o que vocês chamam de repor é assumir essas multas? porque é isso que
368 eu estou querendo explicar para o senhor, que os depósitos estão acontecendo e eles
369 vão colocar em dia os salários atrasados e as compras que precisam acontecer para o
370 projeto dar o seu devido andamento e boa parte disso nós (entidades) estamos
371 assumindo, inclusive algumas multas.” Secretário falou: “então o convênio é de vinte e
372 dois de janeiro a vinte e dois de fevereiro, só quero saber quanto tempo ficou
373 descoberto, todas as entidades ficaram descobertas vinte e dois dias, confere?”
374 Presidente do Asilo colocou que quando o antigo presidente assinou o convênio se
375 falava em doze parcelas e não entende se ficou descoberto. Secretário falou que pode
376 verificar esta questão, está aqui como parceiro também, não tem problema nenhum,
377 pode ser cobrado, pode ajudar no que for preciso, o próprio conselho pode estar
378 encaminhando para a controladoria a solicitação, não seria uma restituição, mas o
379 direito a esses vinte e dois dias e em que poderia gastar, porque as entidades não
380 podem pagar multa. Conselheiro José Geraldo falou não vai ter respaldo jurídico, não
381 tem o que justifique. Secretário falou que todo recurso que o município passa para as
382 instituições é o conselho que diz sim ou não, então não acredita que esse dinheiro não
383 possa ser empregado. Senhor Armando perguntou a todos se alguma instituição
384 recebeu o mês de janeiro? Após as respostas, o Secretário falou: “então não é que ficou
385 descoberto, a data de pagamento atrasou, mas o convênio foi assinado dia vinte e dois,



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

386 mas qual a validade do convênio? Ele foi assinado vinte e dois de janeiro valendo de
387 primeiro a primeiro?” Conselheiro Cleber falou que os depósitos estão sendo com
388 atraso, mas o que as entidades estão assumindo, por conta desses atrasos, é essas
389 multas. Secretário falou que lá no final do contrato ele vai estar adiantado. Conselheiro
390 Tierri falou que esse problema será sanado com o marco regulatório, pois será possível
391 prever multas dentro do plano de aplicação. Conselheiro Adrianis falou que temos que
392 voltar a tese inicial desta reunião, primeiro, o atraso está colocado a partir da assinatura
393 que foi dia cinco de fevereiro e foi pago somente agora em março, trinta dias depois,
394 quanto a parcela de janeiro, essa é a primeira tese, as entidades ficaram com dois
395 meses de atraso, a segunda tese é qual o rebatimento que isso está causando hoje
396 para as instituições? Tanto no âmbito administrativo quanto na concepção dos serviços,
397 terceiro, qual será a postura do Executivo municipal a partir de agora? Hoje é dia doze
398 de março, daqui a pouco tem que entrar a parcela de março, a contar de hoje dezoito
399 dias e como será? O conselho tem uma responsabilidade frente a isso, que são os
400 encaminhamentos que devem ser dados e como o gestor municipal vai se organizar
401 para honrar com aquilo que está conveniado com as entidades que é o valor mensal de
402 um milhão e cinquenta e dois mil, isso se chama planejamento estratégico, o secretário
403 da pasta de finanças tem que apresentar esta questão, porque isso pode ocasionar o
404 colapso e o fechamento da rede, o que implicaria em denúncia imediata ao MDS, o qual
405 daria as sanções, porque o município não estaria cumprindo com aquilo que foi
406 pactuado quando assinou a gestão plena em assistência social. Secretário falou que as
407 entidades ganharam dez dias, porque está assinado até trinta e um de janeiro de dois
408 mil e dezesseis, o que aconteceu foi um atraso de pagamento que ainda assim foi
409 acontecer só em março, a verdade é que as entidades não perderam, mas ganharam
410 dez dias, nunca viu um convênio passar de doze meses, está aqui para ser útil e para
411 responder, o depósito de janeiro foi feito na sua totalidade, para algumas o mês de
412 fevereiro já foi pago também e será pago na sua totalidade ou depositado para o
413 Proamor na sexta feira e pago na segunda, quanto ao mês de março, não venceu ainda,
414 vai cobrar muito para que seja pago dia vinte e dois que é a data certa, a deliberação
415 que o CMAS vai tomar em cima disso é uma deliberação dos conselheiros e não quer
416 participar. Conselheiro José Geraldo falou que esta reunião foi muito saudável, porque
417 estão todos aqui: as entidades, o conselho e o gestor, o diálogo é o objetivo, não
418 estamos aqui para chamar atenção, a preocupação é daqui para frente, perguntou ao
419 secretário se ele vai colocar em dia os repasses e comentou que na sua profissão,
420 como advogado trabalhista, sabe que as entidades, como as empresas tem que pagar o

421 seu funcionário no quinto dia útil, se não pagar tem problemas junto ao Ministério do
422 Trabalho, o qual está muito firme nessas questões, se não pagar tem multa, entram com
423 uma reclamatória, a responsabilidade não é do gestor é da entidade, no Instituto João
424 XXIII o contrato é feito entre Instituto e funcionário, o gestor não tem qualquer vínculo.
425 Conselheiro Anderson falou que tem uma cláusula que protege o gestor de ações
426 trabalhistas, se um funcionário processar a entidade e esta declarar que não tem como
427 pagar, o gestor não vai responder, é um problema da entidade. Secretário Julio Küller
428 colocou que o município vai ser sempre responsável pelo serviço que ele contrata.
429 Conselheiro José Geraldo falou que esse contrato é entre o empregador e a instituição.
430 Secretario Júlio falou que isso depende muito da interpretação judicial. Conselheiro José
431 Geraldo falou que o problema é daqui para frente, os atrasados estão resolvidos, mas
432 tem as multas ainda, então perguntou ao secretário o que pode ser feito. Conselheiro
433 Adrianis sugeriu solicitar informações de garantia do gestor, por exemplo, o Renascer
434 demitiu um funcionário e não tinha dinheiro para fazer a rescisão e isso compromete
435 frontalmente os trabalhos, hoje as entidades tem, em conjunto, duas mil e seiscentas
436 metas de contraturno social funcionando, cento e quarenta metas de ILPIs funcionando.
437 Secretario Júlio falou que são duas mil e seiscentas metas de contraturno contratadas,
438 funcionando não sabe. Conselheiro Adrianis falou que todo esse temor coloca por terra
439 o planejamento do trabalho, acha que as entidades estão temerosas de dar passos e
440 continuar e os próprios usuários das entidades vão sofrer, alguns serviços são
441 imprescindíveis, não podem fechar, as duas residência inclusivas, as quatro ILPIs, os
442 abrigos infantis, os serviços de acolhimento, são todos serviços imprescindíveis dos
443 quais os usuários não podem voltar para suas casas ou para qualquer lugar que seja, as
444 entidades precisam de garantias para a continuidade desses serviços, acha que o
445 conselho poderia deliberar neste sentido, porque a rede deu sinais semana passada
446 nítidos de colapso, graças a Deus os funcionários foram solidários, mas sabemos que
447 todos os funcionários tem motivos para acionar cada uma das entidades no SENALBA,
448 haviam entidades com funcionários sem receber há dois meses, isso não faz a política
449 de assistência ter qualidade. Assistente Social Liziane falou que não tinha nem vale
450 transporte para os funcionários irem trabalhar, eles estavam pagando para trabalhar e
451 só fizeram isso porque gostam do que fazem e a qualidade do atendimento aos
452 usuários? é muito complicado ter que racionar de tudo na entidade, o que todos querem
453 aqui é que isso não se repita, não adianta ter deliberações no conselho se as entidades
454 não tem recurso, espera-se uma prioridade na política de assistência, espera-se que
455 haja um compromisso. Secretário Júlio falou que o município e esse Secretário

456 reconhecem a responsabilidade do município com relação aos atrasos e com muita dor,
457 sempre esteve do lado das entidades e sempre caminhou junto, é com muita dor que
458 isso tenha acontecido, aconteceu muito no ano passado e o ano iniciou dessa forma,
459 mesmos com os melhores planejamentos, mas quando há um sequestro não tem o que
460 fazer, foi o que aconteceu no ano passado, mas tem conversado bastante com o
461 secretário de finanças e o que tem e deve passar para todos é que isso não vai ocorrer
462 mais, então, não há forma de se solidarizar com todos, o que puder fazer vai fazer, não
463 tem preocupação com relação a isso, mas o município se responsabiliza realmente pelo
464 atraso e chama a responsabilidade para si por todo esse problema que as entidades
465 estão passando, são parceiras de primeira hora e o que todo mundo sabe, os dirigentes
466 do município sabem também, que o custo que o município tem com as instituições seria
467 muito maior se fossem executadas pelo município, então, é companheiro das entidades
468 e quer estar junto para que esses atrasos não ocorram mais, a deliberação que o
469 Conselho fizer será respeitada e será trabalhado dentro daquilo que for possível, mas
470 quer estar a frente desses pagamentos para que não haja atraso. Presidente Beatriz
471 agradeceu a presença do Secretário. Conselheiro Cleber falou que as entidades tem a
472 garantia, por parte do Júlio, que esses atrasos não vão mais acontecer, a única questão
473 é que as entidades terão que assumir as multas e não há outra maneira de resolver
474 isso. Assistente Social Liziane falou que todo esse movimento está acontecendo porque
475 a Associação das Entidades se mobilizou por causa dos atrasos, ninguém da gestão
476 informou oficialmente que o município está com problemas, que haverá atrasos, sabe-se
477 que depende de caixa, de entrada de recurso, tem a questão dos sequestros, todos
478 esses impasses que podem vir a ocorrer, o que se espera do órgão gestor? que ao
479 menos comunique as entidades. Conselheiro Adrianis colocou vai dizer novamente
480 aquilo que disse sobre sequestro: é avisado com dois meses e janeiro as entidades não
481 teriam uma resposta se não estivessem reunidas. Sra. Nair perguntou o que acontecerá
482 com a entidade que embutir o valor da multa e do imposto e pagar com recurso do
483 convênio. Conselheiro Anderson respondeu que haverá contraditório e a entidade será
484 obrigada a devolver. Sra. Nair falou que não é preciso dizer que é multa, pode ser dito
485 que está sendo pago fundo de garantia por tempo de serviço e ponto final e se o
486 Tribunal pedir os documentos, porque hoje quem está avaliando os documentos é o
487 município, se o Tribunal entrar com contraditório as entidades terão que ter o aval da
488 prefeitura e dizer não, aconteceu, as entidades tiveram que pagar, se o convênio não
489 estivesse prevendo pagamento de FGTS tudo bem, mas ele previu, então, o que pode
490 ocorrer com a entidade? vai fechar? Conselheiro Adrianis falou que o CMAS vai oficiar à



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

491 secretaria de finanças o pagamento em atraso das parcelas. Senhora Vera falou que
492 como representante das entidades da qual é presidente, esteve na SMAS com o
493 Laertes, conversaram com o secretário Júlio, depois conversaram com o Sr. Paulo Vilela
494 da Controladoria e ele foi claro e objetivo, disse: o Poder Público não vai dizer isso em
495 hipótese alguma, não vai fazer essa declaração e o que o Tribunal de Contas vai dizer?
496 Por que as entidades não pagaram se sabiam que tinha uma data para pagar? O Poder
497 Público não vai dar um atestado de não pagamento. Conselheiro Adrianis propôs um
498 processo inverso, que o conselho municipal de assistência social oficie imediatamente o
499 Tribunal de Contas do não cumprimento do convênio. Vários conselheiros e
500 representantes de entidades se manifestaram sobre este assunto. Conselheiro José
501 Geraldo falou que o município não se responsabiliza, é obrigação da conveniada se
502 responsabilizar pelos encargos de natureza fiscal, danos causados a terceiros e
503 pagamentos, eximindo a conveniente de qualquer responsabilidade, em juízo ou fora
504 dele, outro, arcar com toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos
505 pela conveniente, agora é aquilo que o conselheiro José Geraldo disse da ação
506 trabalhista, responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e
507 sociais, fiscais e comerciais (de ocorrência ou decorrência) da execução do presente
508 instrumento. Conselheiro Anderson falou o que dá comodidade para o Júlio Küller falar
509 que não tem problema é justamente porque está claro e implícito no convênio que a
510 responsabilidade é da entidade, então não interessa, não tem como pagar, está
511 assinado pelas duas partes, até é possível para as entidades fazerem um erro positivo e
512 colocar a multa como FGTS e para a atual gestão vai passar, mas acha muito arriscado
513 porque daqui quatro anos tem outra gestão que vai rever as contas e: “aí um belo
514 domingo nós sentados em frente à TV aparece no fantástico e daí até explicar que
515 focinho de porco não é tomada, já ocorreu o prejuízo moral da entidade.” Conselheiro
516 José Geraldo falou que todo contrato que elabora sempre é colocado uma multa, se não
517 pagar em dia gera multa e neste convênio não diz o dia que tem que pagar, “ocorre a
518 transferência de recursos públicos mediante solicitação prévia feita pela conveniada até
519 o quinto dia de cada mês, obedecendo o que determina o Decreto”, então não diz
520 quando. Conselheiro Adrianis questionou qual o dia do pagamento do funcionalismo?
521 Tierri respondeu no último dia do mês. Adrianis questionou qual é a sanção que o
522 Prefeito pode sofrer se não depositar no último dia útil? é bom sermos ponderados, o
523 Prefeito pode sofrer improbidade administrativa se não pagar até o último dia do mês, se
524 não repassar até o quinto dia útil aquilo que é devido à Câmara Municipal corre em
525 crime de improbidade administrativa. Conselheira Lúcia solicitou um pouco de foco,



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

526 objetividade e um olhar para o que de positivo aconteceu aqui, o que o CMAS veio fazer
527 é rápido e já são três e meia, deve-se colocar no papel o que o conselho vai fazer frente
528 a esse posicionamento bem claro que o secretário deu, foi dado um avanço muito
529 grande, agradecer a Beatriz por ter chamado o secretário, ele não precisa ser chamado
530 pode vir quando quiser e qual a deliberação que efetivamente o conselho vai fazer para
531 cobrar o que foi falado. Conselheiro Cleber falou que o que aconteceu aqui demonstra
532 que todos os anos as entidades tem caminhado com a prefeitura e não adquiriram
533 sabedoria o suficiente, ao ler o convênio, que todos assinaram, não tem esse ponto que
534 o secretário colocou das sanções e que o município sofre ao não cumprir com o
535 convênio na data x, então, não tem o que fazer, temos que estar ciente que as
536 entidades vão assumir essas multas e ter que achar outras maneiras para resolver esta
537 situação, o que vai regulamentar qualquer cobrança é o bendito do convênio que as
538 entidades assinaram. Conselheiro Adrianis falou que o caminho é: se daqui um mês o
539 que foi prometido pelo Secretário não for cumprido faz-se um relatório, encaminha para
540 o MDS e faz-se a denúncia pública do não co-financiamento, o MDS que regula essa
541 secretaria e essa política. Conselheiro Cleber falou que concorda, mas ao mesmo
542 tempo, ele é presidente de uma instituição e junto com a diretoria estão assumindo essa
543 questão de multas, tiveram que fazer remanejamento e estão desesperados, então
544 colocou que as entidades precisam de outras ações, não adianta ficar chovendo no
545 molhado aqui, o conselho precisa de atitude. Conselheiro Adrianis colocou que o
546 parecer legal do conselho passa por três vias, marco legal, o que a lei diz tem que
547 cumprir, pode-se lembrar ao Prefeito das obrigatoriedades e das sanções que ele pode
548 sofrer do não cumprimento daquilo que de fato se propôs enquanto gestor público da
549 política de assistência, não é o Julio Küller que assina o termo de aceite, é o prefeito,
550 segundo: as entidades precisam também se precaver ao futuro, quais serão os passos
551 que as entidades vão dar em face a um ano tão conturbado quanto foi o ano passado?
552 Que garantias terão? E terceiro: é preciso reavaliar se o município tem sustentabilidade
553 financeira para garantir os repasses, porque se não tiver, começa a fechar tudo, a
554 questão é essa, é planejamento econômico, não é ficar em função de pagamento de
555 IPTU, IPVA ou o que quer que seja, é planejamento econômico, o pagamento dos
556 funcionários vai acontecer, o que falta é planejamento estratégico, falta gestão; como a
557 ponta da corda mais fraca é as entidades, estas sofrem as sanções, isto está se
558 arrastando desde julho e estamos fazendo vista grossa porque gastamos todo o
559 dinheiro que tínhamos na entidade, até o que não tinha, para manter um serviço que
560 não é da nossa obrigação manter, é do poder público, acho que os encaminhamentos



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

561 de hoje são: memorando com o marco legal lembrando a função de gestor público da
562 política de assistência e a garantia, ata da reunião de hoje com as falas do senhor
563 secretário de assistência que garantiu que não haverá mais atrasos e sugeriu que o
564 memorando vá direto para o Prefeito, do CMAS para o Prefeito. Conselheiro Tierri falou
565 que anotou algumas questões levantadas por todos, para ficar registrado que se
566 questione a Controladoria ou o Jurídico da Prefeitura com todas as questões, que seja
567 encaminhado um ofício. A assistente social Inês colocou: “tem mais uma questão, o
568 nosso convenio terminou dia 31 de dezembro, nós assinamos um convênio com a data
569 do dia vinte e um de janeiro, estamos com vinte e um dia descobertos, o Tribunal de
570 Contas não permitirá que as entidades paguem salários ou qualquer coisa nesse
571 período com esse dinheiro, tirar de onde?” Conselheira Ana Carolina respondeu: “não
572 colega nós ganhamos dez dias, então, não podemos reclamar, eu sei porque eu passei
573 por isso na saúde foram três meses que nos tivemos que arcar com os salários, como
574 diz o colega, fizemos o chá e o café para arrecadar, para não perder nossos
575 funcionários capacitados, tivemos que raspar de onde tínhamos dinheiro para poder
576 pagar e vamos ficar novamente na assistência social esses vinte e um dias, não
577 podemos pagar salários nesse período, porque o convênio foi assinado dia vinte e dois,
578 nós até vamos pagar, mas mais tarde.” Conselheiro Anderson falou que pode-se levar
579 para votação as duas questões: “um memorando para o Prefeito lembrando todas as
580 sanções que ele vai sofrer se ocorrer novamente o atraso nos repasses de recurso e a
581 ata desta reunião e num segundo momento, em separado, as questões que o Tierri
582 anotou, para que ocorram as respostas necessárias, oficialmente, não sei se todos
583 concordam e se podemos encaminhar dessa forma.” Conselheiro Tierri respondeu que
584 esteve em um curso do Tribunal de Contas a respeito do Marco Regulatório e segundo
585 a palestra, o correto seria que ao término dos convênios, os contratos com todos os
586 funcionários seria rescindido e a partir do momento que se firma um novo convênio se
587 recontrata todos. Conselheiro Adrianis falou: vamos dar encaminhamento e votação.
588 Presidente Beatriz solicitou que o conselheiro José Geraldo repita suas colocações, ele
589 comentou que se deve fazer um memorando. A sra. Nair levantou que a APAM tem um
590 convênio único tanto para serviço de convivência quanto para o serviço de acolhimento,
591 mas há duas cláusulas de valores para cada convênio e questiona como pode-se
592 gastar, outro questionamento seria se as multas podem ser incluídas. Conselheiro José
593 Geraldo colocou que não vê que mandar ofício para o Prefeito colocando quais as suas
594 sanções... ele sabe disso, se por acaso tiver atraso o conselho tomará as medidas
595 legais cabíveis, se não, estamos repetindo coisa que não há necessidade. Presidente



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

596 Beatriz chamou a votação: Conselheiro Adrianis aprovou. Conselheiro José Geraldo
597 desde que sem mencionar as sanções para o prefeito, então concorda, Presidente
598 Beatriz concordou sem mencionar as sanções, e todos concordaram com esta
599 anotação. Presidente Beatriz chamou o item três da pauta: fala do vereador Romualdo
600 Camargo. Conselheiro Adrianis colocou que os representantes das entidades estavam
601 na Sessão da Câmara quando o Sr.Laertes tomou a palavra, na sequência houve a fala
602 dos vereadores e depois o Vereador Romualdo, como líder do governo na Câmara
603 recebeu uma nota do Gabinete do Prefeito com as justificativas, colocando que a
604 Prefeitura pagou algumas entidades e até dia dez pagaria outras entidades e que
605 tínhamos que estar bem felizes e contentes, não obstante ele. Sra. Vera completou:
606 "terminou a fala dizendo que ali não era lugar para arruaceiros e baderneiros. O Sr. Osni
607 colocou que dois vereadores o procuraram e pediram desculpas pela falta de educação
608 do vereador. Conselheiro Adrianis colocou que o vereador os chamou de baderneiros e
609 aí, claro, como resposta imediata, ele recebeu uma vaia. Sra. Vera falou que ficaram
610 boquiabertos, não esperavam uma reação daquela. Conselheiro Adrianis colocou: a
611 proposta é a seguinte: lá estavam os diretores, presidentes, assistentes sociais,
612 funcionários, toda uma equipe, mais ou menos 250 pessoas, em nenhum momento foi
613 quebrado o decoro, o líder do governo, um vereador em uma Casa de Leis, pensa-se
614 que é alguém que tem a capacidade necessária para lidar com a coisa pública, em tom
615 agressivo como se dissesse assim: O que vocês estão fazendo aqui? Então, como as
616 entidades não governamentais fazem parte desse conselho nós deveremos emitir uma
617 nota de repúdio e encaminhar à Câmara para ser lida no plenário contra a fala
618 indecorosa do vereador Romualdo. Votação: todos concordam. Conselheiro José
619 Geraldo perguntou se não seria interessante colocar que foi aprovado nesta reunião
620 com a presença das entidades. Conselheiro Adrianis falou que será solicitada a
621 gravação e a ata para constar e gostaria que a lista de presença fosse assinada por
622 todos os representantes de entidades aqui presentes. Conselheira Lucia falou que se
623 algum participante desta reunião, não conselheiro, se não concordou com alguma coisa,
624 com o que foi dito e decidido que fale antes de sair daqui, para ficar registrado. Ninguém
625 se manifestou. Ficou decidido que o conselheiro Adrianis ficará responsável pela
626 redação do ofício ao Sr. Prefeito e a nota de repúdio. Finalizada a pauta e nada mais
627 havendo a tratar, a presidente Beatriz de Souza encerrou a reunião às dezesseis horas.
628 Esta ATA foi transcrita pelas assistentes administrativas Patrícia Mitui e Cleusa Szeider
629 e redigida por mim, Carla Bühner Salles Rosa, secretária executiva que, após aprovada
630 segue assinada pela Presidente e demais conselheiros presentes.



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- 631 Carla Bühner Salles Rosa (Secretária Executiva)_____
- 632 Beatriz de Souza (Presidente)_____
- 633 Tierri Rafael Ribeiro Angeluci (Vice-Presidente)_____
- 634 Josemar Severino_____
- 635 Patrícia Ecave _____
- 636 José Geraldo Berger_____
- 637 Adrianis Galdino da Silva Junior_____
- 638 Lúcia Pereira Wolf_____
- 639 Ana Carolina da Silva Reis_____
- 640 Anderson Quintino Martins_____
- 641 Cleber Paula Santos_____
- 642 Lilian Klimiont_____